



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

DESEMPREGO NO BRASIL: CRISE DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS

Laila Ellen Pereira Santos¹

Resumo: Este artigo visa discorrer sobre o desemprego crônico enquanto produto do modo de produção capitalista. Através de uma revisão bibliográfica, baseando-se em livros e artigos científicos acerca do tema, busca-se abordar os processos inerentes ao capitalismo, o papel das crises nesse modo de produção e seus desdobramentos para o conjunto da classe trabalhadora. A discussão justifica-se em função dos números crescentes de desemprego no Brasil e em todo o mundo, evidenciando o caráter estrutural desse fenômeno. Através dessa reflexão teórica espera-se demonstrar que o desemprego é um fator de suma importância para o capitalismo que, através da criação de um exército industrial de reserva, consegue manipular a massa de trabalhadores, suas organizações e seus salários. Assim, almeja-se desconstruir a ideia baseada na meritocracia de que os indivíduos são culpados por não conseguirem emprego e demonstrar o impacto que o desemprego causa para a classe trabalhadora através dos dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Palavras-chave: Crise do Capital. Precarização do Trabalho. Desemprego no Brasil.

Abstract: This work aims to discuss chronic unemployment as a product of the capitalist mode of production. Through a literature review, based on books and scientific articles on the theme, it is tried to approach the inherent processes of capitalism, the role of crises in this mode of production and its expansion for the working class. The discussion is justified by the growing numbers of work in Brazil and around the world, showing the structural character of this phenomenon. From this theoretical reflection it is hoped to show that unemployment is a very important factor for capitalism that through the creation of an industrial reserve army can manipulate the mass of workers, their organizations and their wages. Thus, it is desired to deconstruct the idea based on the meritocracy that individuals are guilty of not being able to obtain employment and to demonstrate the impact that unemployment causes for the working class through the statistical data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords: Crisis of Capital. Precariousness of Work. Unemployment in Brazil.

1 Introdução

O presente trabalho discorrerá acerca do desemprego no Brasil enquanto produto do modo de produção capitalista. Buscar-se-á analisar as crises no modo de produção capitalista e como esse fenômeno reflete na exploração da força de trabalho. Posteriormente, serão demonstrados os principais impactos da crise no Brasil – com ênfase no desemprego crônico situado da década de 90 até os dias atuais. Por se tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, a metodologia estará baseada na análise de produções de autores marxistas (como as obras *Economia Política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz, e *Mészáros e a*

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: lailaellen12@gmail.com.

Incontrolabilidade do Capital de Maria Cristina Soares Paniago) e de artigos científicos que tratam sobre o impacto do desemprego na qualidade de vida da classe trabalhadora. Além disso, serão apresentados os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acerca do desemprego no país.

A discussão justifica-se em virtude da relevância dessa expressão da questão social e dos números alarmantes a respeito da quantidade de desempregados no Brasil. Ademais, faz-se necessário debater sobre as reais causas desse fenômeno, enquanto fator benéfico para o capital que vê nos desempregados o seu exército industrial de reserva. Assim, pretende-se: demonstrar o caráter indissociável entre o modo de produção capitalista e o desemprego; desconstruir a ideia de culpabilização do indivíduo diante desse cenário de desemprego, mostrando que enquanto existir capitalismo haverá desempregados; descrever alguns dos impactos do desemprego para a qualidade de vida do trabalhador; e analisar alguns números referentes ao desemprego no Brasil.

2 Modo de produção capitalista: exploração do trabalho e crise do capital

Segundo Netto e Braz (2012), comprar e vender mercadorias são fenômenos corriqueiros dentro do nosso cotidiano. Ter a capacidade de compra diz respeito à riqueza e não tê-la, pobreza. Conforme os autores, a mercadoria é um objeto que satisfaz determinada necessidade do homem e que é consequência do intercâmbio dele com a natureza, isto é, do seu trabalho. Sua utilidade faz dele valor de uso e sua capacidade de ser vendido legitima seu valor de troca.

Assim, de acordo com Netto e Braz (2012), a produção capitalista é fundamentada na exploração da força de trabalho que o capitalista compra via salário e seus ganhos provêm do processo de produção das mercadorias que é controlado por ele mesmo (diferente do comerciante na produção mercantil simples que ganhava seus lucros através da circulação). Diferencia-se, portanto, a relação mercantil da relação capitalista devido ao trabalho assalariado.

Dessa forma, fica evidente a necessidade que o capitalista tem de estar em uma constante expansão produtiva, independentemente das consequências que isso venha ocasionar para os trabalhadores, pois ele depende desse crescimento para ampliar seu capital. A equação que resumiria a produção capitalista seria: $D - M - D'$, onde D é o dinheiro, M é a mercadoria e D' é dinheiro acrescido de mais-valia (NETTO; BRAZ, 2006). Vale ressaltar que esse processo de transformação para o MPC é infinitamente longo e

complexo, tendo como gênese a acumulação primitiva, situada desde o século XV até o século XVIII, descrita por Marx no capítulo XXIV, do livro I, volume II, de *O Capital*.

Outro aspecto importante que é desvelado pelos autores refere-se à capacidade que a mercadoria força de trabalho tem de criar mais-valia (parte excedente do valor criado pelo produtor que é apropriada pelo capitalista). Ao comprar a força de trabalho do operário, o capitalista pode dispor das suas capacidades durante a jornada de trabalho. Somente com a expressiva organização política, negociando os salários e pressionando o Estado a regular condições trabalhistas, é possível evitar que o valor da força de trabalho fique abaixo do mínimo necessário. Apesar das conquistas em torno dos salários, elas não interferem no núcleo da exploração capital/trabalho (o salário é responsável, inclusive, por legitimar a ideia de que o trabalhador recebe remuneração integral pelo seu trabalho).

A apropriação privada do que é socialmente produzido pela classe trabalhadora faz com que esse sistema de exploração tenha como alvo principal a extração de mais-valia, desprezando as consequências que isso traz para a sociedade, para a natureza etc. Esse processo resulta em uma espécie de “esgotamento” do próprio sistema em que é necessário destruir o que está posto a fim de reerguer novas bases de acumulação: são as chamadas crises do capitalismo.

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 157)

Depois do *welfare state*, período pós-crise de 1929 que proporcionou grandes avanços econômicos e sociais, o mundo caiu em uma das maiores crises já vivenciadas até então pelo capitalismo. A partir da década de 1970, o MPC deparou-se com barreiras de acumulação criadas pelo seu próprio sistema em que as altas taxas de lucro não conseguiam voltar a crescer. Apesar do incremento com tecnologia e maquinaria, bem como com o constante sucateamento da força de trabalho a fim de baratear o custo da produção, a crise e seus efeitos perduram até os dias atuais.

Por um curto período histórico, no século XX, a aplicação das ideias keynesianas impulsionou a acumulação e expansão do capitalismo. O crescimento do emprego, foi favorecido devido à intervenção do Estado, “como o corretivo necessário para as tendências negativas do capital”, e à indústria de armamentos do complexo industrial-militar. No entanto, o fim do ciclo logo se apresentou com o agravamento das contradições insanáveis, apenas proteladas temporariamente. Tal base de crescimento era insustentável e gerou um alto déficit a ser pago pela população desavisada e ilusoriamente otimista. A repercussão da incapacidade de se sustentar um saudável crescimento do capital de acordo com suas necessidades expansivas atingiu a todos, mesmo ao centro do imperialismo – os EUA – que hoje convive com

altos níveis de desemprego, e não apenas os países “subdesenvolvidos”. (PANIAGO, 2012, p. 68)

Os principais desdobramentos, a partir da década de 1990, com a reestruturação produtiva e a onda neoliberal foram

[...] a internacionalização das atividades econômicas; a integração da produção manufatureira com a de serviços; a produção mais horizontalizada de bens e serviços, abandonando a tendência centralizadora e facilitando a distribuição; o uso maciço da tecnologia microeletrônica; a eliminação de tarefas rotineiras pela mudança tecnológica e a demanda por força de trabalho mais qualificada; maior complexidade e volatilidade do consumo; e a mudança no papel do Estado na economia. (Kon, 1997, p. 30-31 apud Argolo; Araújo, 2004, p 164)

Desse modo, evidencia-se que as estratégias utilizadas pelo capital para se reerguer da crise refletiram diretamente na organização e gestão do mundo do trabalho. Tais rebatimentos atingiram a classe trabalhadora que, possuindo apenas sua força de trabalho para vender, foi obrigada a conviver com baixos salários, flexibilização das leis trabalhistas, diminuição dos postos de trabalho, contratos temporários, atividades insalubres e degradantes, polivalência no trabalho etc. Essas medidas expressam-se como formas contemporâneas de exploração da força de trabalho que criam não só um estágio de desemprego crônico, mas também enfraquecem a organização operária.

3 O desemprego estrutural na realidade brasileira

Foi a partir dos anos 2000 que as consequências da crise chegaram de modo mais visível ao Brasil, sobretudo no período após 2010, com a redução do poder de compra, o agravamento das desigualdades sociais, o crescimento do endividamento do Estado, a submissão do governo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a alta recessão, o crescimento dos juros e a falta de compromisso com a justiça social. Além disso, a latente contradição entre o potencial de recursos materiais e humanos do país e o seu real desempenho, somado ao histórico de desrespeito aos direitos básicos dos trabalhadores, também agravaram o caos no cenário político e econômico.

Assim, permeado por uma série de particularidades históricas e por se tratar de um país que está na periferia do capitalismo, o Brasil foi chacoalhado por uma onda de desemprego, trabalho informal, aprofundamento do trabalho escravo e tantas outras expressões da questão social. Isso se dá, nas palavras de Argolo e Araújo (2004, p. 164) devido a

a) a forte concentração de renda numa minoria, o que determina a histórica supressão e/ou precarização dos direitos básicos de cidadania da maioria, tais como: a ocupação e exploração da terra, educação pública, gratuita e de qualidade

e atenção à saúde básica; b) o conseqüente déficit de qualificação das pessoas enquanto profissionais (saber fazer algo) e também enquanto cidadãos, afetados no exercício de seus princípios, senso crítico, ética e poder; c) a profunda precariedade das relações de trabalho no país, disfarçada na informalidade.

Apesar das suas variadas classificações (sazonal, cíclico, estrutural, friccional e estrutural), o que vivemos hoje é um estado de desemprego crônico. Além de ser um produto do MPC, o desemprego é também um grave problema da sociedade brasileira, tal como a pauperização e a violência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à medida que o mercado de trabalho não dispõe de vagas suficientes para absorver a mão de obra disponível, o salário cai. Isso se dá devido ao mecanismo conhecido pelos economistas como oferta e demanda e é responsável por oscilar a taxa de desemprego. Essa situação também desencadeia outro fenômeno que é o do subemprego, isto é, a situação entre o emprego e o desemprego, representado pelo exército industrial de reserva que desenvolve atividades informais (a exemplo dos camelôs).

Para compreendermos essas definições, faz-se necessário entender a forma como o IBGE agrupa esses indivíduos. Discorreremos, então, sobre as definições das categorias de análise do instituto. Entende-se por População em Idade Ativa (PIA) as pessoas que se encontram entre 10 e 65 anos de idade (apesar do trabalho só ser permitido a partir dos 14 anos na condição de jovem aprendiz). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a População Economicamente Inativa (PEI) seria composta pelo conjunto das pessoas fora da PIA.

É designado como População Economicamente Ativa (PEA) aquele grupo de pessoas que no mês de referência da pesquisa estão exercendo atividade laboral remunerada, seja no mercado formal (aqueles que possuem vínculo trabalhista ou contrato de trabalho, com direito a férias, seguro desemprego, aposentadoria etc.), seja no mercado informal (aqueles que não possuem vínculo empregatício, contrato de trabalho ou firma não formalizada).

Ainda de acordo com o IBGE, a PEA engloba os trabalhadores ocupados e desocupados (a PEA também é interpretada como o conjunto das pessoas na força de trabalho). Os trabalhadores ocupados referem-se àqueles que possuíam trabalho e os desocupados são aqueles que, no momento da pesquisa, estavam desempregados, mas à procura de emprego, visto que não existia nenhum obstáculo que o impedisse de trabalhar. Atualmente, cerca de 44% da PEA é composta por informalidade.

Esse fenômeno diz respeito a uma fase do capitalismo em que a reestruturação produtiva recolocou novas bases de acumulação alicerçadas no crescimento da informatização e na diminuição da mão de obra, produzindo, assim, o desemprego estrutural

que é responsável por jogar milhares de trabalhadores na informalidade para sobreviver. Tal situação causa não só instabilidade na vida das pessoas, mas também baixos rendimentos, péssimas condições de vida, maior exposição a empregos precários e ausência de proteção social.

O IBGE também define as Pessoas Não Economicamente Ativas (PNEA), isto é, aquelas que estão desempregadas e que não estão buscando emprego ativamente. Esse grupo compreende os desalentados: indivíduos que desistiram de buscar emprego, mas que pretendem voltar a trabalhar desde que essa oportunidade surja sem que eles necessitem procurá-la, tendo em vista que eles buscaram inúmeras vezes postos de trabalho e não conseguiram.

A PNEA também inclui: os estudantes que não trabalham (parte constituinte da PIA); as donas de casa, apesar de desempenharem atividade laboral intensa; os aposentados que não trabalham, haja vista que se eles voltarem a trabalhar retornarão à PEA; os que possuem incapacidade física e mental para atividades econômicas, compreendidas, sucessivamente, como debilidade nas atividades ocupacionais e doenças com tendências violentas (surtos psicóticos e comportamentos indesejáveis no mercado de trabalho); e os doentes terminais, que possuem enfermidades não tratáveis e com intenso quadro de dor.

A subutilização da força de trabalho diz respeito aos desocupados, aos subocupados (aqueles que trabalham menos de 40 horas por semana e poderiam ou gostariam de trabalhar mais) e a força de trabalho potencial (seriam os desalentados e aqueles que estavam à procura de emprego, mas que, no momento da pesquisa, não estavam disponíveis para trabalhar). A força de trabalho ampliada corresponde à soma das pessoas ocupadas, desocupadas e a força de trabalho potencial.

No que diz respeito aos dados relativos aos jovens, um dos principais entraves para conseguir o primeiro emprego é a requisição de experiência e qualificação profissional (COSTA, 2017). Absorvidos pelo setor terciário, essa mão de obra acaba sofrendo maior rotatividade, precarização, terceirização e contratos temporários. Entretanto, diante da atual conjuntura, sabemos que o desemprego atinge não só a juventude, mas expressa-se como fenômeno mundial.

Uma característica particular do desemprego crônico é que ele não está limitado a jovens e mulheres, a trabalhadores manuais, a setores econômicos específicos ou às regiões mais pobres do mundo; ele ocorre em todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado – inclusive na classe média –, generalizando-se por toda economia mundial, sem fazer exceção mesmo aos países capitalistas mais avançados. Se antes já não passava de promessa vazia alcançar-se o pleno emprego, hoje é mais visível ainda essa impossibilidade. Com o presente quadro de população excedente, expulsa das oportunidades de trabalho criadas no período de ascendência do capital, pode-se dizer que “hoje, no período de decadência do imperialismo capitalista, é como se o exército de trabalhadores de reserva fosse o mundo todo”. (PANIAGO, 2012. p. 66)

Dentre as causas do desemprego, a grande indústria sinaliza a baixa qualificação e a substituição da mão de obra por máquinas (suposto argumento sobre o fim do mundo do trabalho). Contudo, sabemos que todos esses fatores são apenas pequenos explosivos, tal como na crise de 2008 com a bolha imobiliária nos Estados Unidos (INSIDE JOB, 2010), que tem como causa primeira a própria sociedade capitalista e o “caráter ineliminável das crises” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 170) como meio de acumulação de capital. Essa válvula de escape seria responsável por incrementar o gasto com a produção (capital constante) a fim de sucatear a mão de obra (capital variável), alegando seu custo elevado em virtude dos impostos e encargos pagos por causa dos trabalhadores (esse argumento tem sido utilizado, por exemplo, para legitimar a reforma trabalhista em curso no Brasil).

O que muitas vezes é apresentado como uma preocupação em salvaguardar empregos e reduzir desemprego, com a introdução da flexibilização da legislação trabalhista e o crescimento do emprego temporário, está, de fato, apenas associado à “esperança de se melhorar as perspectivas de acumulação lucrativa do capital”. (PANIAGO, 2012, p. 68)

Atualmente, cerca de 3,6 milhões de pessoas procuram emprego há mais de dois anos sem obter êxito. No gráfico abaixo é demonstrado como essa taxa tem se comportado desde o início de 2017, tendo seu ápice no primeiro trimestre de 2017 e seu ponto mais baixo no terceiro trimestre de 2018. Os dados posteriores também evidenciarão de forma mais contundente como o desemprego tem se refletido no Brasil.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Segundo Paradella (2019), no último trimestre finalizado em janeiro a taxa de desocupação ficou em 12% (12,7 milhões de pessoas), acima dos 11,7% registrados em outubro pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A população fora da força de trabalho somou 65,5 milhões de pessoas e a subutilização da

força de trabalho contabilizou 27,5 milhões de pessoas. 23,9 milhões de brasileiros se encontram trabalhando por conta própria. Houve uma queda no quadro de empregados do setor privado sem carteira assinada (menos 321 mil pessoas) e dos trabalhadores do setor público (menos 11,5 milhões de pessoas). Os empregados do setor privado com carteira assinada (32,9 milhões), os trabalhadores domésticos (6,2 milhões), as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (6,8 milhões), as pessoas na força de trabalho potencial (8 milhões) e as desalentadas (4,7 milhões) se mantiveram estáveis.

Houve também reduções nas atividades relacionadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (queda de 2,2%, ou 192 mil pessoas), indústria (2,9%, ou 345 mil) e outros serviços (2,8%, ou 139 mil). Por outro lado, foi registrado um aumento no grupo de transporte, armazenagem e correio (2,8%, ou 129 mil pessoas). O rendimento médio real recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas teve um crescimento de 1,4% com relação ao trimestre anterior (de R\$ 2.240 para R\$ 2.270).

Peret (2019) também sinaliza que, apesar da média nacional de desocupação em 2018 ter sido de 12,3%, a taxa média em 13 capitais do país chegou a superar esse índice. Vale ressaltar que o Sudeste foi a região com recorde de desemprego em 2018, seguido do Norte e do Nordeste. Apenas o Centro-Oeste não apresentou alta na taxa de desocupação. A capital com maior taxa de desocupação foi Macapá – AP (18, 2%) e com menor taxa de desocupação foi Florianópolis – SC (6,5%). Aracaju – SE se encontra no 4º lugar do ranking com São Luís – MA (16, 4%).

Fazendo mais alguns recortes desses números referentes ao desemprego, com base em matéria publicada pela Rede Brasil Atual (2017), é importante salientar que 64% dos desempregados são pardos e pretos. A diferença entre a média salarial de um branco e um negro cai em cerca de R\$500 e apenas 4,5% dos cargos de comando são ocupados por negros (apesar de corresponderem a quase 54% da população). As mulheres também enfrentam grandes barreiras no que diz respeito às oportunidades de emprego, pois, apesar de possuírem maior escolaridade, recebem propostas de trabalho com salários mais baixos, o que evidencia que o desemprego também se associa a questões de discriminação por gênero.

Outro fator importante a ser destacado são as consequências subjetivas do desemprego para o trabalhador, conforme sinalizado por Silva e Pacheco (2017), tendo em vista o papel do trabalho na identidade social das pessoas, na construção de valores como dignidade e honestidade e no próprio sentido de existência do indivíduo. Segundo os autores, o desemprego traz consigo o sentimento de incompetência visto que, devido ao ideal da meritocracia liberal, os indivíduos se rotulam como responsáveis pelo seu sucesso. Logo, se estão fora do mercado de trabalho é porque não se esforçaram ou não foram competentes.

É através do trabalho que percebemos a relação dialética do homem com a sociedade, já que o sujeito constrói o mundo com a força do trabalho e é afetado pelo resultado de sua atividade. Percebendo por meio concreto a existência e a função do sujeito na sociedade, desenvolvendo sua individualidade por meio de sua capacidade de produzir capital. (SILVA; PACHECO, ano, p. 5)

De acordo com Barros e Oliveira (2009), o desemprego pode desencadear conflitos na família, isolamento social, utilização de drogas, além de problemas psicológicos (como a depressão) causados pela diminuição da autoestima e pelo sentimento de frustração. Em se tratando de países periféricos, essa situação é ainda mais complexa, haja vista que a condição econômica das famílias irá determinar, em larga medida, seu acesso à educação e saúde de qualidade, a assistência e previdência social etc.

Em sociedades que não dispõem de sistema de políticas sociais mais efetivo e abrangente, como o Brasil, as condições de subsistência das famílias são determinadas por seu nível de rendimentos. Associado, fundamentalmente, tanto à renda obtida pelo seu chefe como à existência, ao número e a características de outros parentes inseridos no mercado de trabalho, e que auferem rendimentos adicionais. Por isso mesmo, as mudanças e os fenômenos assinalados vêm tendo claros e fortes impactos sobre a organização e as condições de vida das famílias brasileiras, e que afetam negativamente sua capacidade de atender às necessidades básicas de seus membros e propiciar-lhes efetiva proteção social. (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p.13 apud SILVA; PACHECO, ano, p. 8)

No que concerne à organização política do proletariado, o desemprego acaba por ser instrumento de desmobilização. Tendo em vista que inúmeros trabalhadores anseiam por uma oportunidade de emprego para sobreviver, os capitalistas oferecem péssimas condições de trabalho, a fim de que o trabalhador precise escolher entre aceitar aquele posto ou continuar desempregado. Desse modo, surge o trabalhador polivalente e flexível que, além de desempenhar inúmeras atribuições, deve “vestir a camisa da empresa”. Essas mudanças sutis (como a adesão da nomenclatura “colaborador” ao invés de trabalhador) têm um único objetivo: enfraquecer o movimento dos trabalhadores, seus sindicatos e seus direitos.

Assim, “uma vez que se ignoram os parâmetros e estruturais dados e as limitações do sistema (...), os únicos remédios aceitáveis (...) são (...) os que puderem ser considerados externos à dinâmica social real”. Os corretivos externos, então, recaem sobre os próprios trabalhadores, tanto no sentido de convencê-los a se conformarem (e incorporarem a ideia de que a época do pleno emprego acabou) com a tendência inexorável ao desemprego, como a aceitarem “satisfeitos” a opção do trabalho temporário e as restrições aos “órgãos coletivos tradicionais de defesa dos interesses do povo trabalhador”, impostas por meio de medidas autoritárias, com o objetivo de incriminar quem proteste contra tais políticas degradantes do trabalho. (PANIAGO, 2012, p. 67)

Diante do exposto, percebe-se que a maior parte da população não compreende a dinâmica complexa de funcionamento do MPC e, portanto, não tem consciência da situação

de desemprego crônico na qual está inserida. O cotidiano, com seu caráter imediatista, impossibilita que o trabalhador reflita sobre essa dinâmica contraditória e perceba que o contrato de trabalho assalariado acaba por legitimar a sua exploração. Entretanto, se por um lado o desemprego é benéfico para o capital, por outro lado ele também se constitui como uma das principais bases de erosão desse sistema. Por isso, faz-se necessário reafirmar o caráter intrínseco do desemprego na sociedade capitalista a fim de desconstruir a ideia de culpabilização do indivíduo que está desempregado e de fortalecer as lutas da classe trabalhadora.

4 Considerações finais

Buscou-se elucidar nessa pesquisa o fator indissociável das crises no modo de produção capitalista e como esse fenômeno é utilizado para explorar a classe trabalhadora. Baseado na apropriação privada dos meios de produção, na acumulação de mais-valia e no sistema de exploração através do salário, o capitalismo ergueu-se, desde a acumulação primitiva, com o suor e o sangue da classe trabalhadora. Sendo obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver, o proletariado, ao longo das décadas, vem enfrentando, dentre tantas outras formas de precarização da sua força de trabalho, uma situação de desemprego crônico.

Sabendo que o Brasil enquanto país periférico sofre de modo mais intenso com os impactos da crise estrutural do capital, foi demonstrado, através da fundamentação teórica e dos dados acerca do desemprego, que a chegada da reestruturação produtiva e do neoliberalismo trouxeram alterações significativas para conjunto da sociedade brasileira. Dessa forma, o desemprego mostrou-se como uma forma contemporânea de exploração do trabalho (tal como o trabalho informal, o trabalho escravo e o trabalho infantil). Ao criar um exército industrial de reserva o capital consegue não só desmobilizar a organização da classe trabalhadora, mas também desvalorizar seus salários. Assim, é de suma importância que essa discussão se estenda para além das universidades e chegue até os trabalhadores a fim de que os dados apresentados não sejam naturalizados, mas evidenciem que viver em crise nesse modo de produção capitalista é uma necessidade e estar desempregado não é uma falta de competência.

REFERÊNCIAS

ARGOLO, João Carlos Tenório; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. O Impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico dos trabalhadores da cidade de Natal. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, nº 4, 2004. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000400009&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 29 out. 2018.

BARROS E OLIVEIRA. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Revista psicologia: organizações e trabalho**, Florianópolis, v. 9, nº 1, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006. Acesso em: 30 out. 2018.

COSTA, Daiane. Pesquisa: jovens apontam falta de experiência como principal barreira ao emprego. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pesquisa-jovens-apontam-falta-de-experiencia-como-principal-barreira-ao-emprego-21452386>. Acesso em: 30 out. 2018.

CONCEITOS e definições. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, [201-?]. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise01.shtm. Acesso em: 29 out. 2018.

NOTAS metodológicas. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro: IBGE, [201-?]. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSIDE Job. Produção de Charles H. Ferguson. Nova Iorque: Sony Pictures Classics, 2010. 1 DVD (108 min).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PANIAGO, Maria Cristina Soares Paniago. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PARADELLA, Rodrigo. Desemprego sobe e atinge 12,7 milhões de pessoas após dois trimestres de queda. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23867-desemprego-sobe-e-atinge-12-7-milhoes-de-pessoas-apos-dois-trimestres-de-queda>. Acesso em: 02 mar. 2019.

PERET, Eduardo. Desemprego é o maior dos últimos sete anos em 13 capitais do país. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23844-desemprego-e-o-maior-dos-ultimos-sete-anos-em-13-capitais-do-pais>. Acesso em: 02 mar. 2019.

PRETOS e pardos sofrem mais com desemprego, aponta IBGE. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 01 mar 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/03/pretos-e-pardos-sofrem-mais-com-desemprego-aponta-ibge/>. Acesso em: 30 out. 2018.

SILVA, Taiana Jorge de Araújo; PACHECO, Taís Poncio. As consequências psicossociais do desemprego. **Ciência Amazônica**, Porto Velho, v. 1, nº 2, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/amazonida/article/view/2997>. Acesso em: 29 out. 2018.